

Boletim da Macrogestão Governamental

Junho / 2022 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Elaborado em 29/07/2022

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Panorama econômico

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Institucional

Identidade organizacional



sumário

A incerteza global aumentou com a persistência da guerra na Ucrânia, com o fechamento da economia chinesa e as fortes pressões inflacionárias.

Após quatro meses consecutivos de alta, as exportações capixabas (US\$ 735,35 milhões) em junho deste ano caíram -31,52% frente ao mês anterior, enquanto no Brasil houve alta de +9,79% no período. As importações tiveram comportamento oposto no mesmo mês: crescimento de +17,33%, frente a maio, para as importações capixabas (US\$ 1,05 bilhão), sinalizando novo recorde histórico de valor, e queda de -3,35% no país no mesmo período.

O resultado anualizado da corrente de comércio (exportações e importações) capixaba (US\$ 18,7 bilhões) e brasileiro (US\$ 558,8 bilhões) seguiram registrando recordes históricos, com incrementos da ordem de +53,84% no estado e +31,72% no país, na comparação com os 12 meses imediatamente anteriores.

As expectativas da economia brasileira para 2022 melhoraram no fechamento de junho, segundo o Boletim Focus: crescimento da economia brasileira em 1,51%, queda do IPCA (7,96%), taxa Selic em 13,75% a.a. e câmbio reduzido para R\$/US\$ 5,09.

No Brasil, após o avanço de 1% registrado pelo produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2022 em relação ao período imediatamente anterior, a maioria dos setores produtivos apresentou desempenho positivo também em abril e maio. O avanço dos indicadores de atividade está em linha com a evolução positiva do mercado de trabalho, cujos dados mais recentes mostram que o ritmo de recuperação se intensificou ao longo dos últimos três meses. A prévia do PIB do país, acumulou alta de 1,60% entre

janeiro e abril, na comparação com o mesmo período de 2021. Puxado pela recuperação dos serviços, o PIB nacional está 1,3% superior ao período pré-pandemia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Brasil referente ao mês de junho demonstra que a indústria segue confiante. O Índice de Expectativas de junho mostra avanço do otimismo na indústria para os próximos seis meses. O empresário industrial capixaba também segue confiante.

Em maio, o Espírito Santo registrou abertura de +11.991 vagas com carteira assinada. Esse foi o maior saldo registrado neste ano. No Brasil, foram criados +277.018 novos empregos formais no período. De janeiro a maio deste ano, o estado acumulou a geração de +29.489 postos celetistas, enquanto o país gerou +1.051.503 empregos formais no mesmo período. Os dados referentes ao trimestre móvel de março a maio apontaram uma desaceleração do desemprego no país.

A inflação de junho medida pelo IPCA atingiu 0,67% no país, o maior patamar para o mês desde 2018 (1,26%). Cabe ressaltar que a variação no grupo de transportes mostrou uma desaceleração em relação ao mês anterior, puxado pela queda no preço dos combustíveis. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho, o IPCA atingiu 11,89% no Brasil. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA de junho apresentou alta de 0,61%. Nos últimos 12 meses, o índice acumulou alta de 11,55% na RMGV. Em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic de 12,75% para 13,25% ao ano.

A incerteza global aumentou, de acordo com o *World Uncertainty Index* (WUI), medida que engloba a situação em 143 países. Não é difícil identificar as várias fontes dessa elevada incerteza. A persistência da guerra na Ucrânia, assim como das sanções impostas em reação a esta, é uma delas. O desafio que a pandemia segue impondo à economia chinesa e, por tabela, às cadeias globais de valor, é outra. A isso se somam as fortes e, até certo ponto, surpreendentes pressões inflacionárias, com os preços subindo com ritmo e grau de disseminação que não se viam há décadas. Resultam daí incertezas adicionais sobre até quanto e quando a política monetária precisará ser apertada, em praticamente todos os países, e como isso se refletirá sobre o nível de atividade, com a perspectiva de recessão se tornando cada vez mais provável em várias economias.

Recentemente, as principais autoridades monetárias, reunidas na conferência anual do Banco Central Europeu (BCE), destacaram que a era da inflação e juros baixos havia chegado ao fim, após o choque inflacionário causado pela pandemia e pela guerra da Rússia contra a Ucrânia. Nos EUA, o presidente do *Federal Reserve* (Fed, banco central dos EUA) reforçou a necessidade de aumento de juros com celeridade para combater a inflação, observando que “é altamente provável que o processo envolva alguma dor, mas a pior dor viria de não enfrentar essa alta inflação e permitir que ela se torne persistente.”

Em junho, o Fed promoveu a maior alta de juros desde 1994 para controlar a inflação nos EUA. O Banco Central americano elevou a taxa em 0,75 ponto percentual (75 pontos-base) para a faixa entre 1,50% e 1,75% e sinalizou que adotará um ritmo mais acelerado de altas dos juros para reduzir a inflação dos EUA à meta de 2%.

Na América Latina, o ciclo de aperto monetário continua avançando, e tende a ser reforçado pelo fato de a atividade econômica vir surpreendendo para cima, o que contribui para um ambiente mais inflacionário também.

Setor externo

Após quatro meses consecutivos de alta, as exportações capixabas apresentaram queda de -31,52% frente ao mês anterior, totalizando US\$ 735,35 milhões, em junho de 2022, enquanto no Brasil houve alta de +9,79% no período. Na comparação com junho de 2021, as exportações capixabas apresentaram queda de -26,86%, enquanto no Brasil ocorreu alta de +15,48%. Já no acumulado do primeiro semestre de 2022, frente ao mesmo período do ano passado, as exportações capixabas registram expansão de +12,79% e as vendas externas do país +20,52%. Os Estados Unidos seguiram no topo do ranking dos destinos das vendas externas do estado, em junho de 2022, com 41,95% de participação, no período, seguido pela Malásia, com 7,88%, Argentina, com 7,78% e Egito, com 4,70%.

Em junho de 2022, as importações capixabas atingiram US\$ 1,05 bilhão, crescimento de +17,33%, frente ao mês anterior, com novo recorde histórico de valor. As importações do país caíram -3,35% no mesmo período. Na comparação com junho de 2021, as importações capixabas apresentaram crescimento de +78,65%, e no acumulado do primeiro semestre de 2022, frente ao mesmo período do ano passado, foram importados US\$ 4,75 bilhões, crescimento de +63,87%. A Austrália ficou no primeiro lugar no ranking das origens das compras externas capixabas de junho de 2022, com 26,57% de participação no valor, seguida pelos Estados Unidos, com 19,11%, China, com 12,51% e Rússia, com 5,33% de participação.

Quanto à balança preliminar em junho de 2022, o comércio exterior (exportações + importações) capixaba totalizou US\$ 1,79 bilhão, queda de -9,28% contra o mês anterior, devido à queda de -31,52% nas exportações do período, enquanto as importações cresceram +17,33%, na mesma base de comparação. Já o comércio exterior brasileiro cresceu +3,83%, entre maio e junho de 2022, puxado pelo incremento de +9,79% nas exportações, enquanto as importações recuaram -3,35%, no mesmo período.

Na comparação com junho de 2021 as exportações capixabas também apresentaram recuo (-26,86%), todavia, o incremento nas importações (+78,65%) desse período, fez com que a corrente de comércio capixaba apresentasse crescimento de +12,13% na

comparação interanual. No Brasil, nessa mesma base de comparação, houve expansão tanto nas exportações (+15,48%), quanto nas importações (+33,74%), levando o comércio exterior do país a um crescimento de +22,55%, no período.

O resultado do comércio exterior, no acumulado do primeiro semestre de 2022, frente ao mesmo período do ano passado, foi de crescimento tanto no Brasil (+24,89%), quanto no Espírito Santo (+33,59%).

O resultado anualizado da corrente de comércio capixaba (US\$ 18,7 bilhões) e brasileiro (US\$ 558,8 bilhões) seguiram registrando recordes históricos, com incrementos da ordem de +53,84% no estado e +31,72% no país, na comparação com os 12 meses imediatamente anteriores.

No Boletim Focus de 1/7/2022, divulgado pelo Bacen, as instituições participantes da pesquisa elevaram as projeções de crescimento da economia brasileira para 1,51%, frente a perspectiva de 1,50% na semana passada. O levantamento semanal apontou que as estimativas para o IPCA de 2022 caiu para 7,96%, frente a expectativa de 8,27% na semana anterior. O boletim ainda mostrou que a projeção dos analistas é que a taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, deva encerrar o ano em 13,75% a.a. Há quatro semanas, a expectativa era de 13,25% a.a. Atualmente, a Selic está em 13,25% a.a. Para o câmbio, o mercado reduziu para R\$/US\$ 5,09, frente aos R\$/US\$ 5,10 esperados na semana anterior.

Focus - Expectativa de mercado

1 de julho de 2022

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2022)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		11/06	17/06	24/06	01/07
PIB (% de crescimento)	1,51	↑	↑	→	↑
IPCA (%)	7,96	↓	↓	→	↓
Selic (% a.a.)	13,75	→	↑	→	→
Câmbio (R\$/US\$)	5,09	↓	↑	↑	↓

Fonte da tabela:
BCB

Elaboração:
Observatório da
Indústria/Findes.

Em junho, o Bacen lançou os resultados do seu Indicador de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br). Na passagem de março para abril de 2022, o IBC-Br teve queda de -0,44% na série livre dos efeitos sazonais. Dessa forma, o indicador do Bacen, que funciona como uma prévia do PIB do país, acumulou alta de 1,60% entre janeiro e abril, na comparação com o mesmo período de 2021. Setorialmente, o resultado foi influenciado pelo crescimento dos serviços (9,5%), seguido pelo comércio (1,4%), que, juntos, contrabalancearam a queda no setor industrial (-2,6%) no período. Puxado pela recuperação dos serviços, o PIB nacional está 1,3% superior ao período pré-pandemia.

Evolução da atividade econômica Brasil e Espírito Santo, maio de 2022



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

Em junho, o Governo do Estado do Espírito Santo, seguindo a regulamentação da Lei Complementar nº 194/2022, anunciou a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os combustíveis, energia elétrica e comunicação. A projeção do governo é que, com a alíquota máxima de 17% (Decreto nº 5164 R) sobre esses itens, os preços da gasolina caiam R\$ 0,36 e do etanol R\$ 0,38. A medida entrou em vigor no dia 1 de julho. O impacto projetado é de uma perda de arrecadação estadual e municipal na ordem de R\$ 1,14 bilhão nos próximos seis meses.

Alíquotas (%) de ICMS sobre bens essenciais Espírito Santo, junho de 2022

Itens	Alíquota atual	Nova alíquota
Gasolina (Comum ou Aditivada)	27,0	17,0
Etanol	27,0	17,0
Energia	25,0	17,0
Comunicações	25,0	17,0

Fonte do gráfico:
Decreto nº 5164-R e
A Gazeta.

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

Expectativas de empresários e consumidores

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Brasil referente ao mês de junho. O ICEI-BR avançou 1,3 ponto e chegou a 57,8 pontos. O resultado demonstra que a indústria segue confiante, visto que o índice permanece acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa confiança de falta de confiança. O destaque de junho foi a transição de uma percepção negativa para uma percepção positiva do setor industrial em relação às condições atuais em comparação com os últimos seis meses. O Índice de Expectativas (61,0 pontos) de junho mostra avanço do otimismo na indústria para os próximos seis meses.

Índice de confiança do empresário industrial (ICEI) do Brasil junho de 2022



Fonte do gráfico:
CNI

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

O Observatório da Indústria da Findes divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo referente ao mês de junho. O ICEI avançou 1,5 ponto e chegou a 58,0 pontos. O resultado demonstra que o empresário industrial capixaba segue confiante, visto que o índice permanece acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa confiança de falta de confiança. O destaque foi a transição de uma percepção negativa para uma percepção positiva do setor industrial do estado em relação às condições atuais quando comparada com os últimos seis meses. O Índice de Expectativas (61,0 pontos) de junho mostra avanço do otimismo na indústria para os próximos seis meses.

Índice de confiança do empresário industrial (ICEI) do Espírito Santo junho de 2022



Fonte do gráfico:
CNI

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

Mercado de trabalho

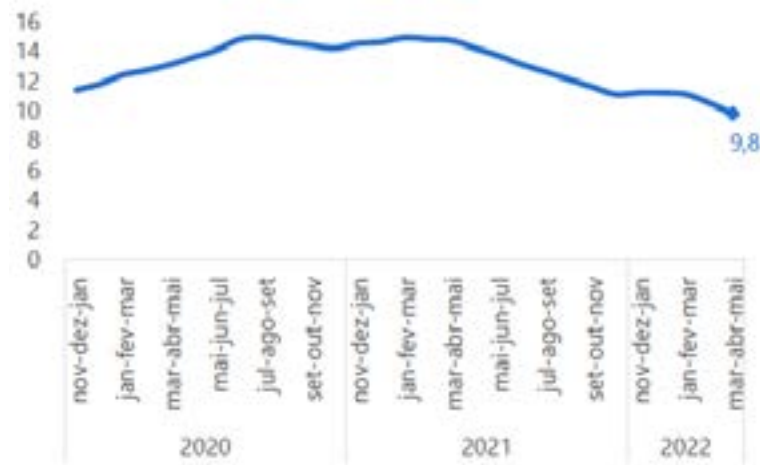
O Ministério do Trabalho e Previdência publicou as informações do Novo Caged referente às movimentações de maio do mercado de trabalho formal. No mês, os dados mostraram que o Espírito Santo registrou abertura de 11.991 vagas com carteira assinada. Esse foi o maior saldo registrado neste ano. No Brasil, foram criados +277.018 novos empregos formais no período. O resultado positivo do Espírito Santo foi puxado pelo setor agropecuário, que abriu +4.675 postos de trabalho em maio, seguido pelos serviços (+3.054) e o comércio (+2.151). As indústrias geral e da construção abriram, na ordem, +1.618 e +492 novas vagas. Com esse resultado, de janeiro a maio deste ano, o estado acumulou a geração de +29.489 postos celetistas, puxado pelos serviços (+14.850), agropecuária (+5.913) e indústria geral (+4.785). O país gerou +1.051.503 empregos formais de janeiro a maio de 2022.



Em junho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNADC-M). Os dados referentes ao trimestre móvel de março a maio apontaram uma desaceleração do desemprego no país. A taxa ficou em 9,8% após ter registrado 10,5% no trimestre móvel anterior (fevereiro a abril). É a primeira vez que o indicador fica abaixo de dois dígitos no país desde janeiro de 2016 quando a taxa de desocupação ficou em 9.6%. Já o rendimento real habitual foi apurado em R\$ 2.613,00 no trimestre encerrado em maio. O valor ficou estável em relação ao trimestre encerrado em abril, porém caiu 7,2% na comparação com o mesmo trimestre de 2021.

Taxa de desocupação

(%), na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais
Brasil, trimestre móvel de maio de 2022



Fonte do gráfico:
IBGE/PNADC-M

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

Inflação

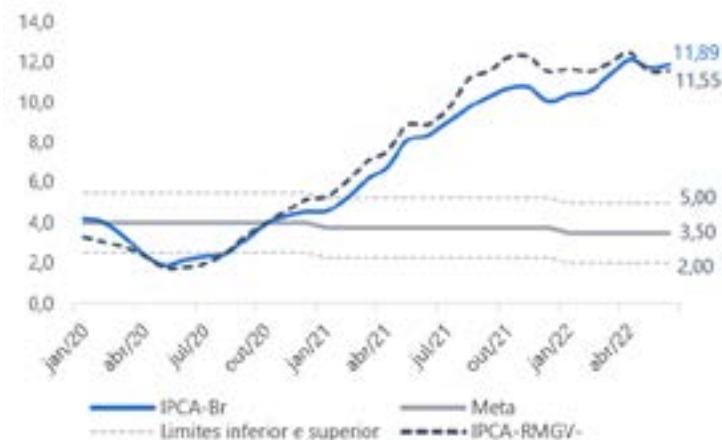
O IBGE divulgou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho, que atingiu 0,67% no país, após registrar variação de 0,47% em maio. Esse foi o maior patamar para o mês desde 2018 (1,26%). A alta foi influenciada pelos aumentos nos grupos de alimentos (0,80%) e transportes (0,57%). Cabe ressaltar que a variação no grupo de transportes mostrou uma desaceleração em relação ao mês anterior (1,34%), puxado pela queda de -1,20% nos combustíveis. Dentro dos combustíveis, a gasolina caiu -0,72% no mês, enquanto o etanol recuou 6,41%. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho, o IPCA atingiu 11,89% no Brasil.

Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

Ainda sobre o IPCA de junho, o índice apresentou alta de 0,61% na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O indicador foi influenciado pela elevação de 0,78% nos transportes, que é o grupo com o maior peso (25,4%) dentro da inflação da região. O grupo de alimentos e bebidas, com o segundo maior peso no indicador (17,6%), apresentou taxa semelhante a do país (0,80%). Nos últimos 12 meses, o índice acumulou alta de 11,55% na RMGV.

Variação do IPCA (%) em 12 meses



Fonte do gráfico:
IBGE e BCB

Elaboração:
Observatório da
Indústria/Findes

Política Monetária

Em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou o novo patamar da taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic. Em decisão unânime, o Copom elevou a taxa Selic em 50 pontos-base, saindo de 12,75% para 13,25% ao ano. O Comitê expôs que promoverá um novo ajuste de igual ou menor magnitude na próxima reunião, que ocorrerá no início de agosto, e destaca que a crescente incerteza da atual conjuntura, aliada ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos ainda por serem observados, demanda cautela adicional em sua atuação. No cenário de referência do Copom, a trajetória de juros para 2022 ficaria em 13,25% a.a., reduz-se para 10,0% em 2023 e 7,50% em 2024. Nesse cenário, as projeções de inflação do Comitê situam-se em 8,8% para 2022, 4,0% em 2023 e 2,7% para 2024.

Meta da taxa Selic

Variação (%) ao ano



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Observatório da
Indústria/Findes

Brasil

Em junho, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou o resultado primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) do mês de abril de 2022. O Governo Central registrou um superávit primário de R\$ 28,6 bilhões, recorde para um mês de abril desde o início da série histórica. Em relação a abril do ano passado, o superávit primário cresceu 52,9%, descontada a inflação (IPCA). Nos quatro primeiros meses de 2022, o Governo Central acumulou resultado positivo de R\$ 79,3 bilhões, valor também recorde para o primeiro quadrimestre. O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a meta fiscal para 2022 é de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões.

Resultado primário* do Governo Central
 R\$ bilhões


*Resultado "acima da linha": diferença entre receitas e despesas primárias.

Valores de Abril/2022 - IPCA.

Fonte do gráfico:
STN

Elaboração:
Observatório da
Indústria/FinDes

A Receita Federal divulgou os dados da arrecadação federal de junho de 2022. Com um montante de R\$ 181,0 bilhões, o governo federal arrecadou um valor 17,96% acima do que registrado em junho de 2021, já descontados os efeitos da inflação (IPCA). No 1º semestre de 2022, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1,1 trilhão, representando um acréscimo real de 11,0%. Cabe destacar que se trata do melhor desempenho arrecadatório desde 2000, tanto para o mês de junho quanto para o semestre. O bom resultado da arrecadação federal é explicado pelo crescimento dos recolhimentos de IRPJ e CSLL.

Arrecadação Federal*

Acumulado de janeiro a junho de cada ano (R\$ bilhões)



*A preços de junho/2022 - IPCA.

Fonte do gráfico:
Receita Federal (ME)Elaboração:
Observatório da
Indústria/Findes



Panorama fiscal do Estado

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total****Composição** da receitaReceita em **destaque**

Despesa

Despesa **total****Comparativo** da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação em **ensino**Aplicação na **saúde**

Resultado primário e nominal

Gestão **previdenciária**

Resultado previdenciário

Clique nas abas para
acessar as informações



A Receita Total arrecadada em junho de 2022 (R\$ 2,0 bilhões) e no acumulado até junho de 2022 (R\$ 12,3 bilhões) apresentaram aumento nominal (+36,5% e +36,6%, respectivamente) se comparadas com o mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2022, o Estado já arrecadou mais da metade (61,5% em termos nominais e 58,3% em termos reais) de toda a arrecadação do ano passado (R\$ 20,1 bilhões).

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 67,2% em junho de 2022, seguida pelas transferências da União (27,4%). O ICMS arrecadado no mês (R\$ 895 milhões) representa um aumento nominal de +25,8% em relação a junho de 2021. O ICMS manteve em junho a trajetória de aumento recuperada em abril, após a queda de fevereiro e março. No acumulado do ano (R\$ 5,2 bilhões) o ICMS teve acréscimo nominal de +25,9% em relação ao acumulado de 2021 (R\$ 4,1 bilhões). No primeiro semestre de 2022, o ICMS arrecadado corresponde a mais da metade (56,7% em termos nominais e 53,7% em termos reais) de todo o ICMS arrecadado no ano passado, situação favorecida pela alta dos preços dos produtos e serviços que compõem a base tributária do imposto.

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em junho de 2022 (R\$ 78 milhões), mês fora do recebimento trimestral das participações especiais, registrou queda nominal de -11,0% em relação ao mesmo mês de 2021. No acumulado até junho (R\$ 1,4 bilhão), houve aumento nominal de +35,7% na mesma base de comparação. No primeiro semestre de 2022, as rendas do petróleo correspondem a mais de 60% (63,5% em termos nominais e 60,2% em termos reais) de todos os royalties e participações especiais arrecadados no ano passado.

As despesas liquidadas em junho de 2022 (R\$ 1,99 bilhão) representam um acréscimo nominal de +41,7% em relação ao mesmo mês de 2021, e acréscimo nominal de +20,8% no acumulado do ano. A função Educação respondeu pelo maior gasto (R\$ 377 milhões)

em junho de 2022, seguida da Saúde (R\$ 351 milhões), Previdência Social (R\$ 323 milhões) e Segurança Pública (R\$ 146 milhões). A função Educação apresentou significativo aumento nominal de +141,6% em junho em relação ao mesmo mês do ano passado.

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até junho de 2022 foi superavitário (R\$ 3,2 bilhões) com um considerável acréscimo nominal de +120,5% (2,2 vezes) em relação ao superávit do mesmo período de 2021 (R\$ 1,4 bilhão), fruto, essencialmente, do aumento das despesas (+20,8%) menor do que o aumento da receita total (+36,6%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 21,3 bilhões (acumulada em 12 meses) em junho de 2022, continuando a trajetória de aumento (em termos nominais) iniciada em junho de 2020. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal.

O impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida passou de 10,0% (média) em 2021 para 12,1% (média) até junho de 2022. Os possíveis cenários de redução dos royalties e o impacto nos limites de pessoal mostram, pelo segundo mês consecutivo, que nenhum Poder ou Órgão estadual atingiria qualquer limite de pessoal na hipótese de uma redução parcial ou total nas receitas de compensação financeira (royalties e participações especiais).

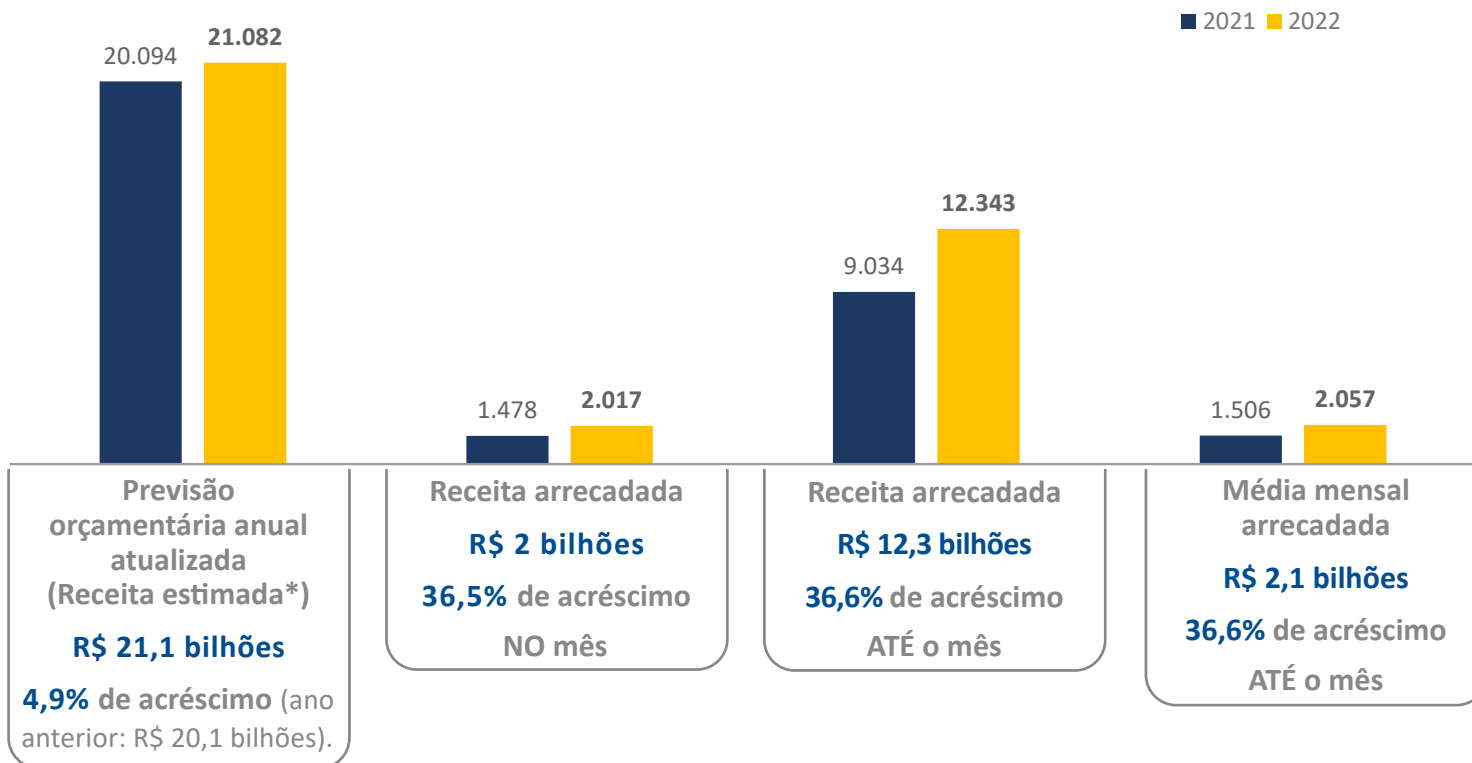
O Resultado Primário superavitário (R\$ 1,5 bilhão) até junho de 2022 é um bom sinal do esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental [sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)

*Estimativa de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo (exercício 2022), atualizada pela abertura de créditos adicionais.

Fonte do gráfico:
Sigefes e Painel de
Controle TCEES

Receita total (em R\$ milhões)

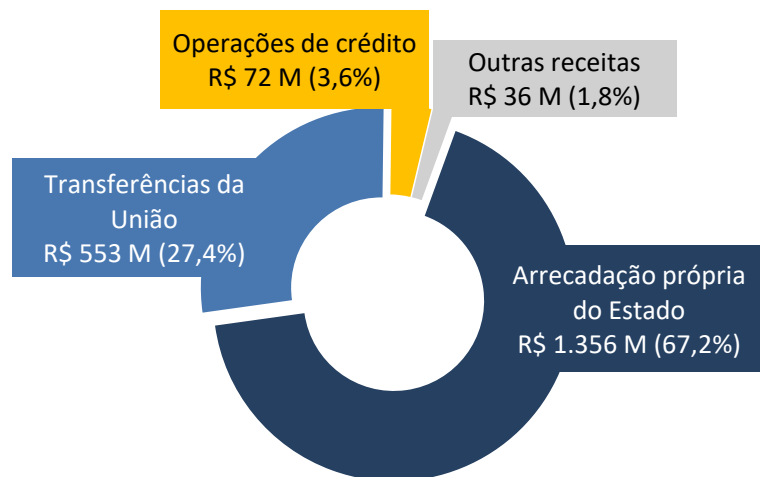
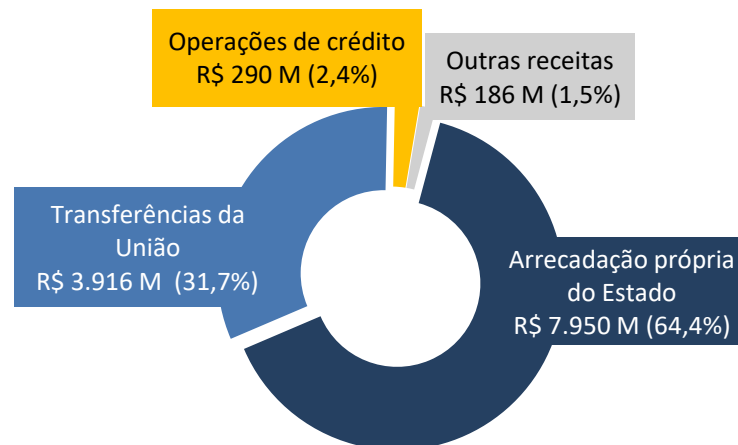


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

nota

Outras receitas:
grupo de receitas
constituído por recei-
tas correntes intraor-
çamentárias.

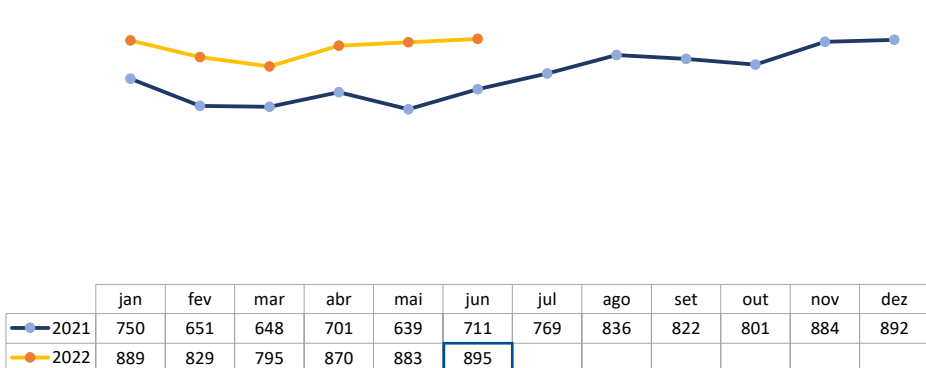
Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

Composição da receita arrecadada**NO mês** (em R\$ milhões)**Composição da receita arrecadada****ATÉ o mês** (em R\$ milhões)

**nota**

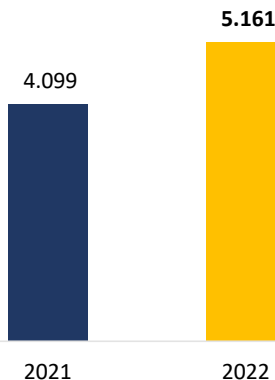
As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

Arrecadação de ICMS - 2021 e 2022 (em R\$ milhões)

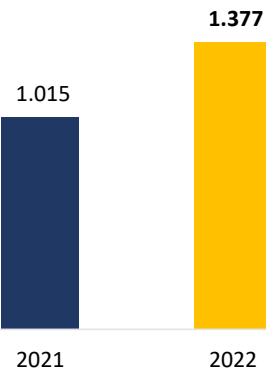
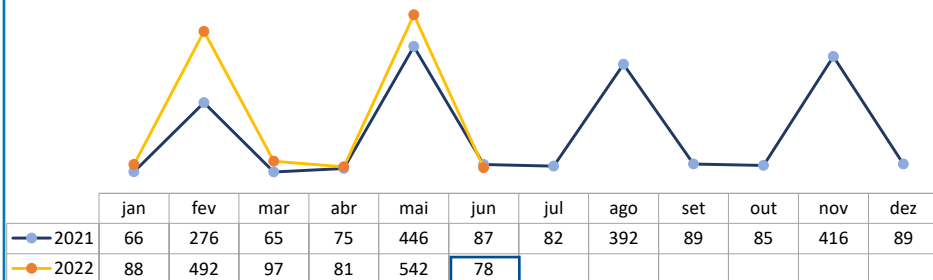
R\$ 895 milhões arrecadados NO mês.

25,8% de acréscimo (em relação ao mesmo mês do ano anterior) e **1,3%** (em relação ao mês anterior).



R\$ 5,2 bilhões
acumulados ATÉ o mês.

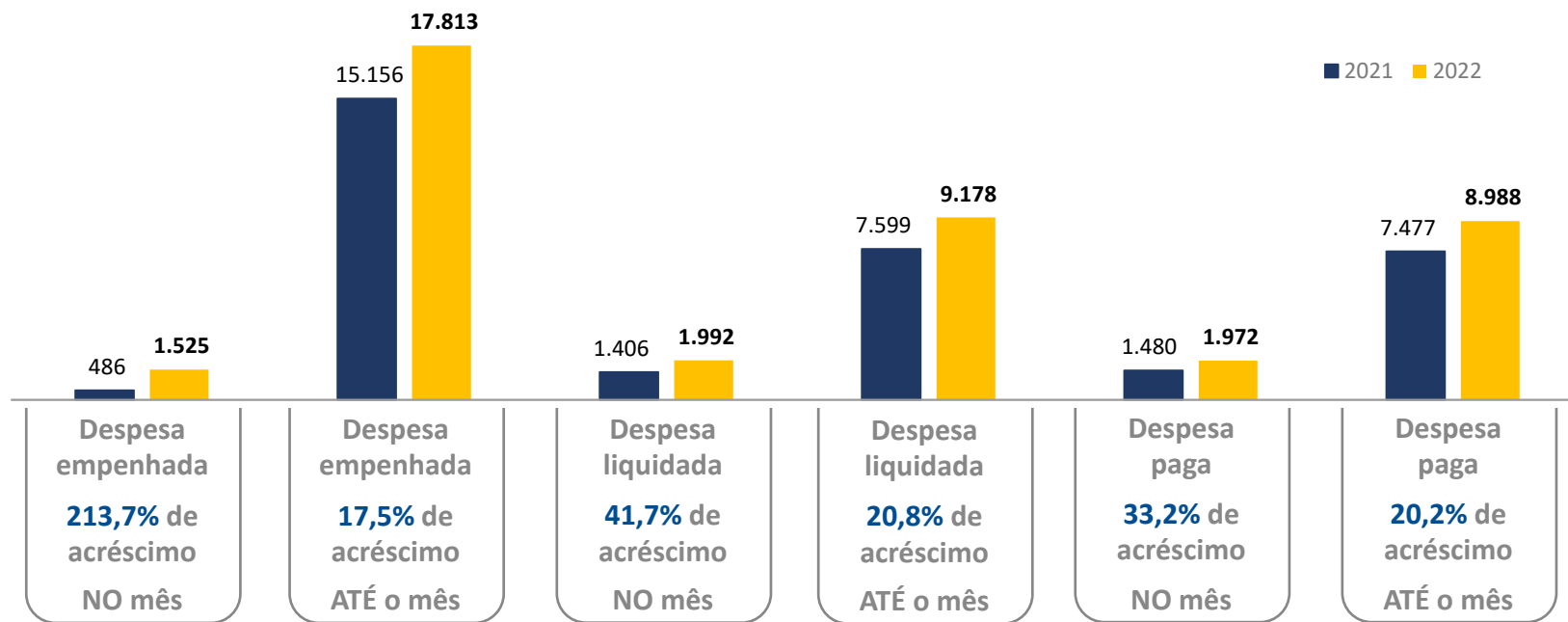
25,9% de acréscimo
(em relação ao mesmo período
do ano anterior).

Receita da compensação financeira 2021 e 2022 (em R\$ milhões)

R\$ 1,4 bilhão

35,7% de acréscimo
(em relação ao mesmo período
do ano anterior).

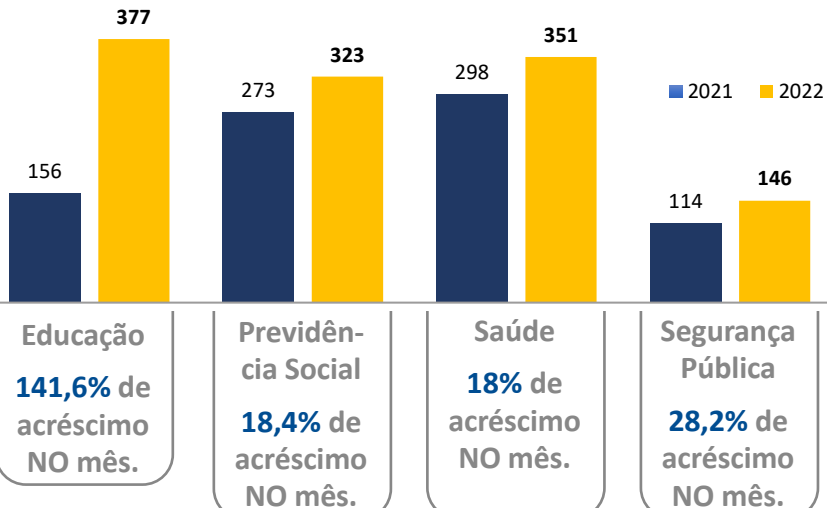
Receita de compensações financeiras (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties) arrecadada **ATÉ o mês.**

**Despesa empenhada, liquidada e paga**
(em R\$ milhões)

As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

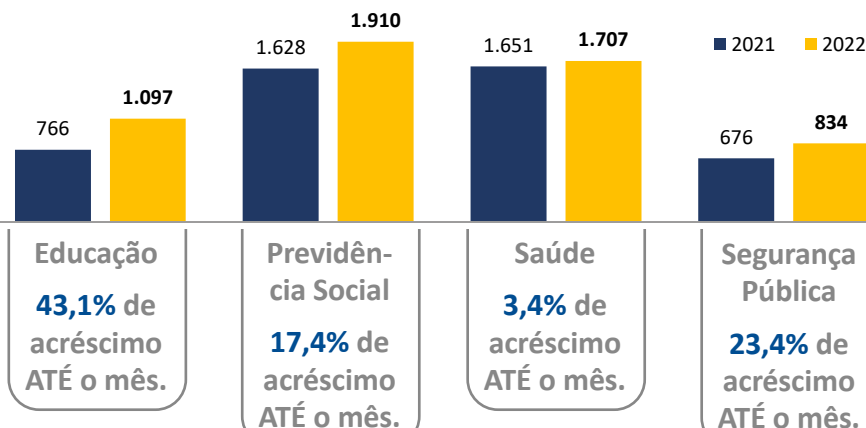


Despesa liquidada por função de governo (comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)

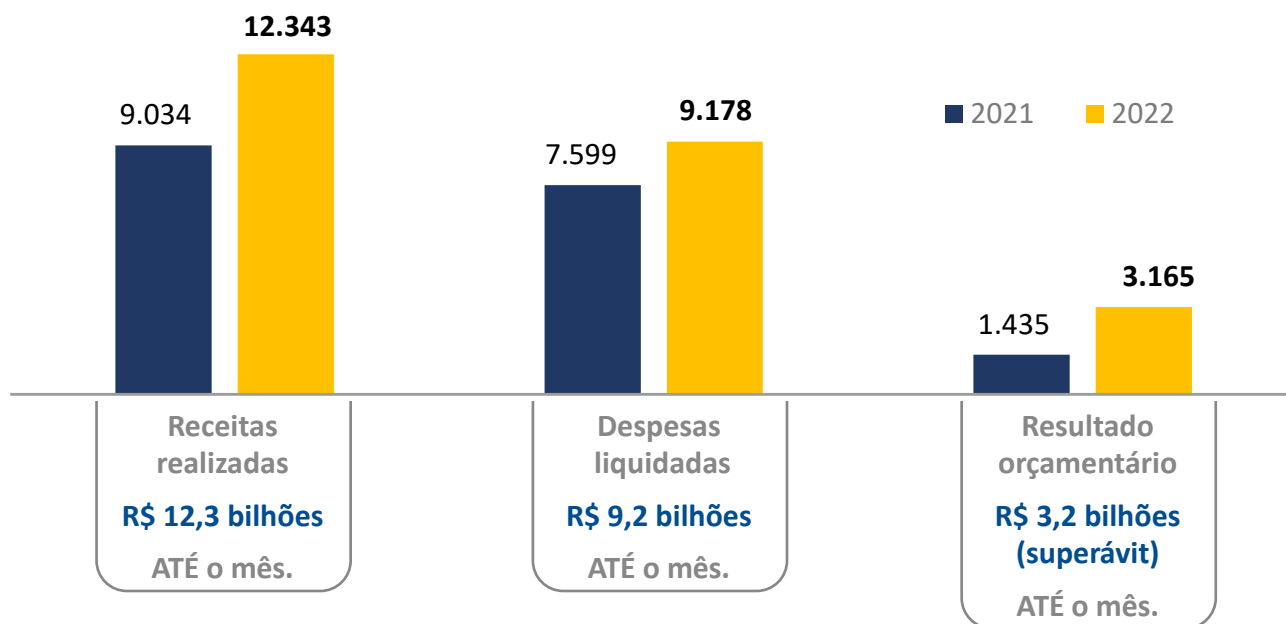


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

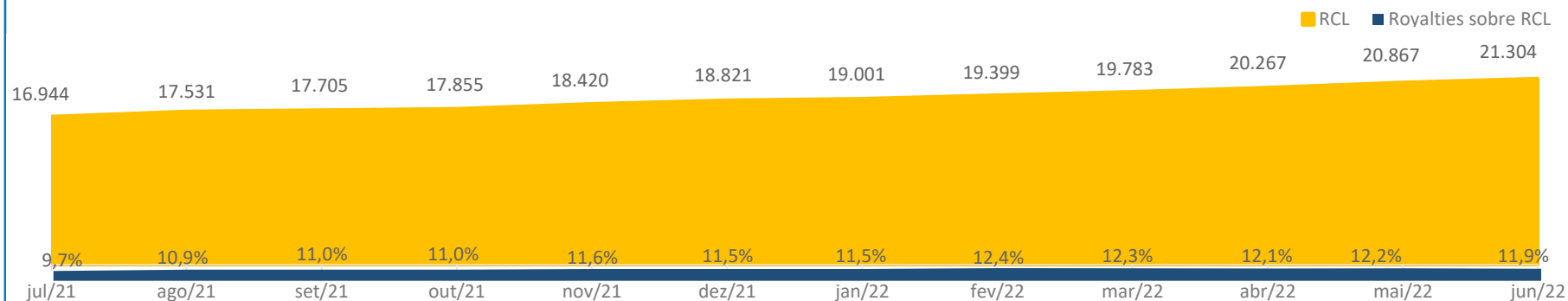
Despesa liquidada por função de governo (comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)



As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Resultado orçamentário**
(ATÉ o mês - em R\$ milhões)

120,5% de variação nominal em relação ao acumulado no ano anterior.


Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
 (últimos 12 meses - em R\$ milhões)


11,9% de participação dos royalties na receita corrente líquida DO mês.

O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.

**Limites da despesa com pessoal
em relação à RCL Ajustada**

DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Receita Corrente Líquida ajustada NO mês: R\$ 21.200.393.193,39

A despesa total com pessoal de cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e órgãos (Tribunal de Contas e Ministério Público), bem como o Ente Consolidado (soma de todos Poderes e órgãos) compreende o somatório dos gastos com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, da mesma forma que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal em cada período de apuração não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL) previstos na LRF, conforme os limites estabelecidos na tabela.

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios

nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Consolidado

Despesa com pessoal

R\$ 9,19B

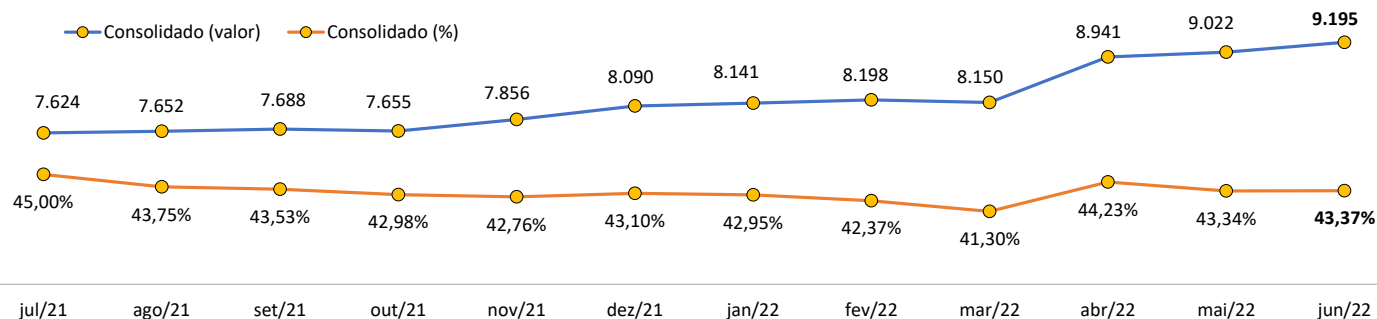
% da RCL

👍 **43,37%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal Consolidado

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios

*Inclui a Defensoria Pública Estadual (órgão autônomo que não possui limite de despesa com pessoal estabelecido em lei).

nota

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

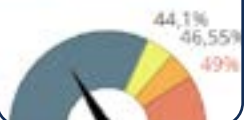
Poder Executivo

Despesa com pessoal

R\$ 7,58B

% da RCL

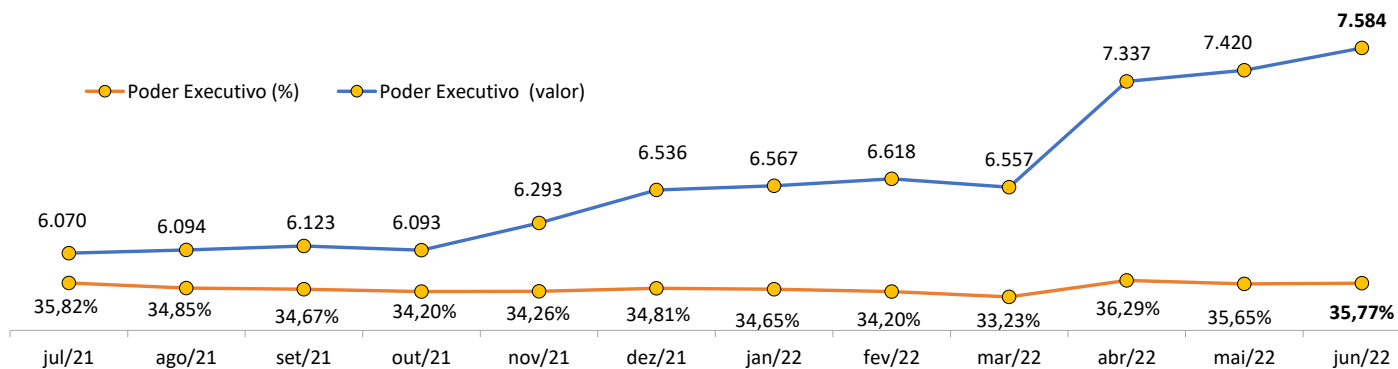
35,77%



Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do Poder Executivo*

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

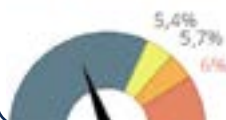
Fonte do gráfico:
Sigefes

Poder Judiciário

Despesa com pessoal

R\$ 968,56M

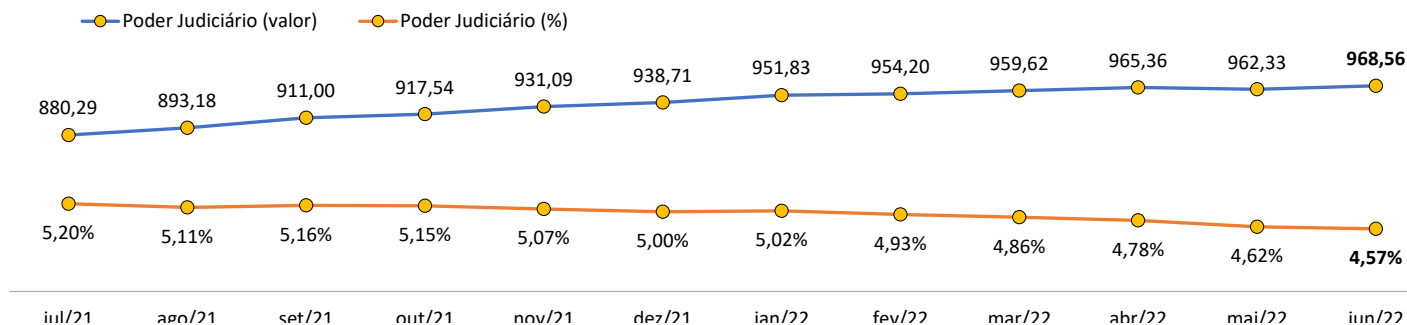
% da RCL

4,57%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do Poder Judiciário

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Assembleia Legislativa

Despesa com pessoal

R\$ 192,71M

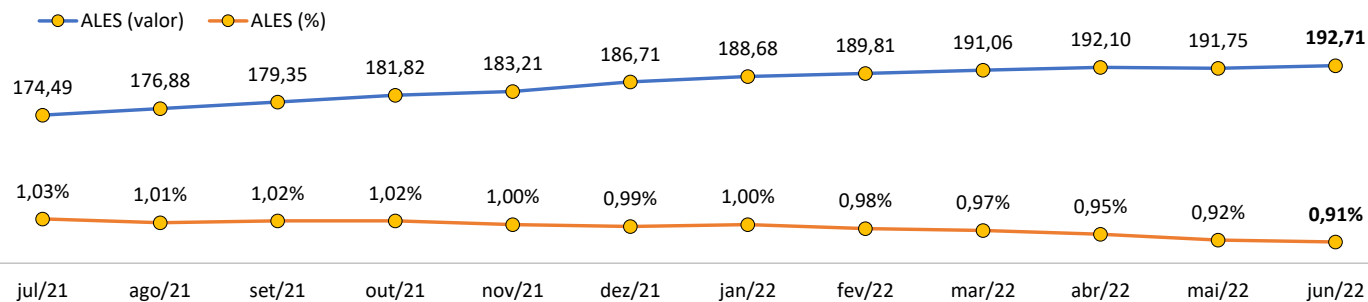
% da RCL

👍 **0,91%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal da Ales

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Ministério Público

Despesa com pessoal

R\$ 301,18M

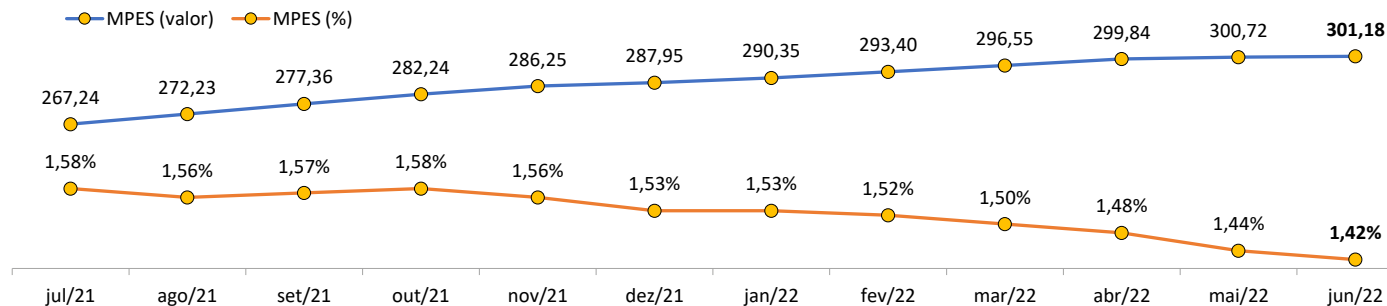
% da RCL

1,42%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do MPES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTOBoletim da
Macrogestão
Governamental

sumário

Panorama
EconômicoFinanças do
EstadoFinanças dos
Municípios

nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal

R\$ 148,52M

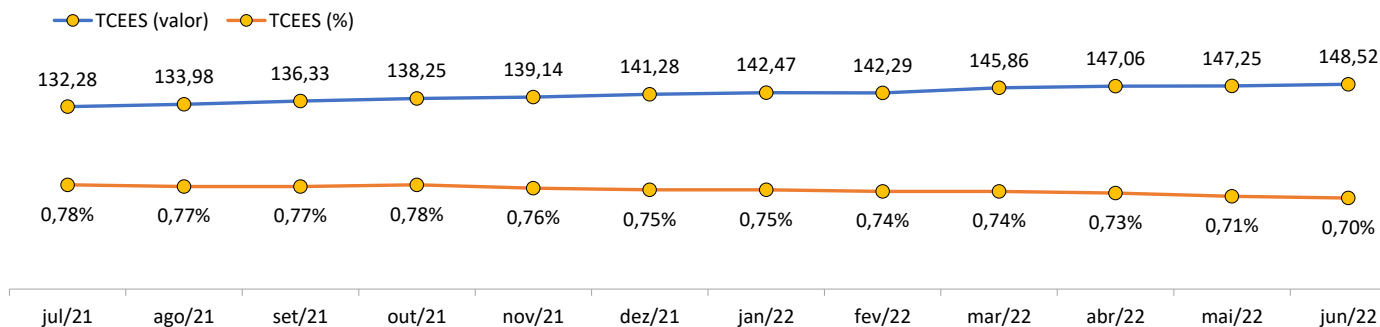
% da RCL

👍 **0,70%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do TCEES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

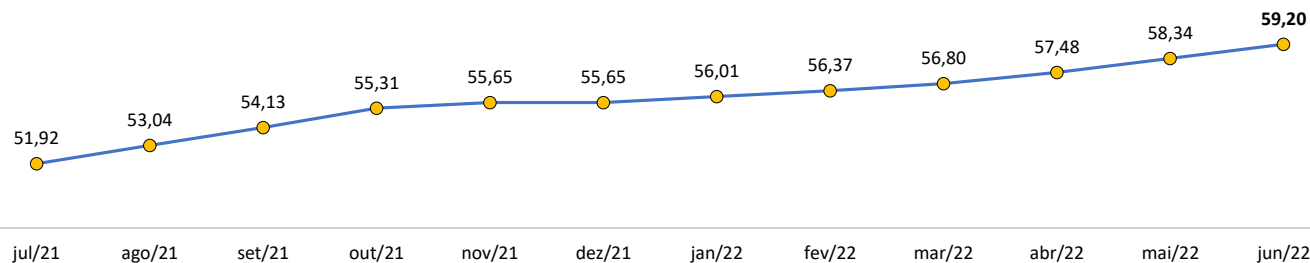
Fonte do gráfico:
Sigefes

Defensoria Pública

Despesa com pessoal

R\$ 59,20M

Valor incluído no
cômputo do limite
estabelecido pela
LRF para o Poder
Executivo do
Estado.

Despesa com pessoal da Defensoria Pública
(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)

**cenários da despesa com pessoal**

Considerando redução dos royalties NO mês

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	43,37%	35,77%	4,57%	1,42%	0,91%	0,70%
-10%	43,89%	36,20%	4,62%	1,44%	0,92%	0,71%
-50%	46,12%	38,04%	4,86%	1,51%	0,97%	0,74%
-100%	49,25%	40,62%	5,19%	1,61%	1,03%	0,80%

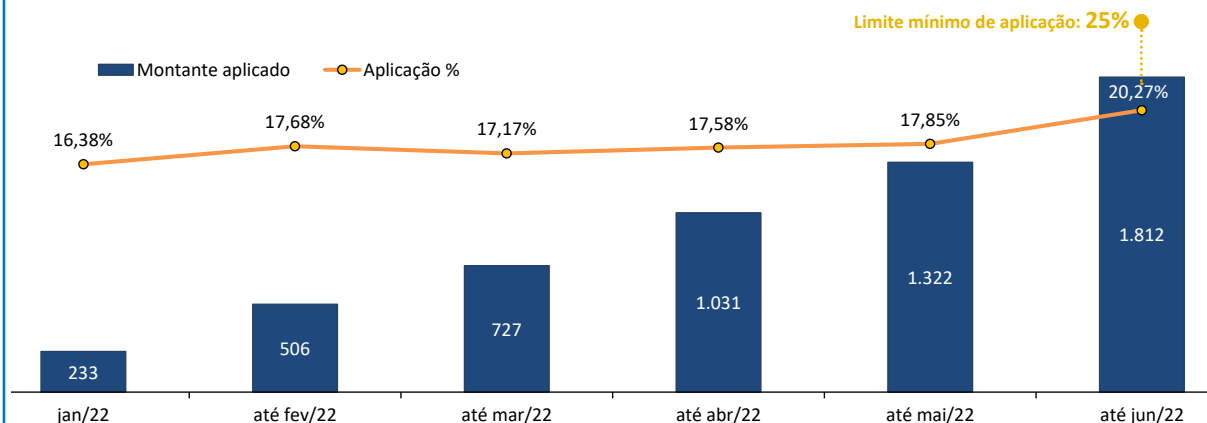
A tabela possibilita observar que:

Pelo segundo mês seguido, nenhum Poder ou Órgão estadual atingiria qualquer limite de pessoal na hipótese de uma redução parcial ou total nas receitas de compensação financeira (royalties).

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a tabela em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira.

Aplicação de recursos no ensino (MDE 25%)*

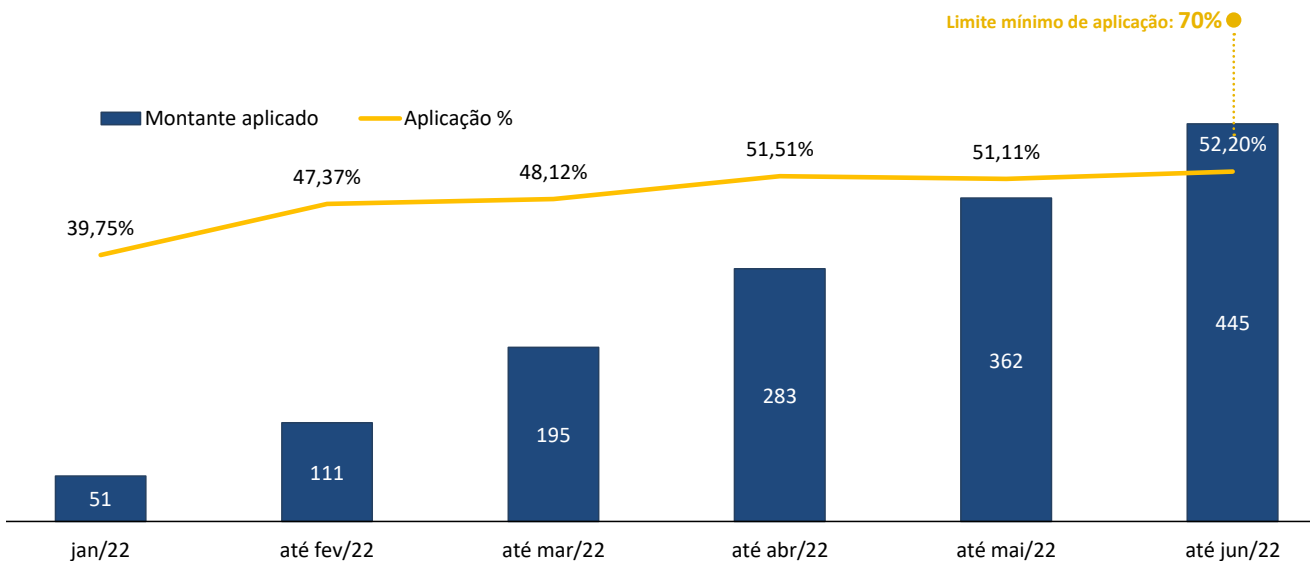
Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita

**20,27%**

(das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

R\$ 1,81 bilhão(valor aplicado no ensino pelo Estado **ATÉ** o mês).

*A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.

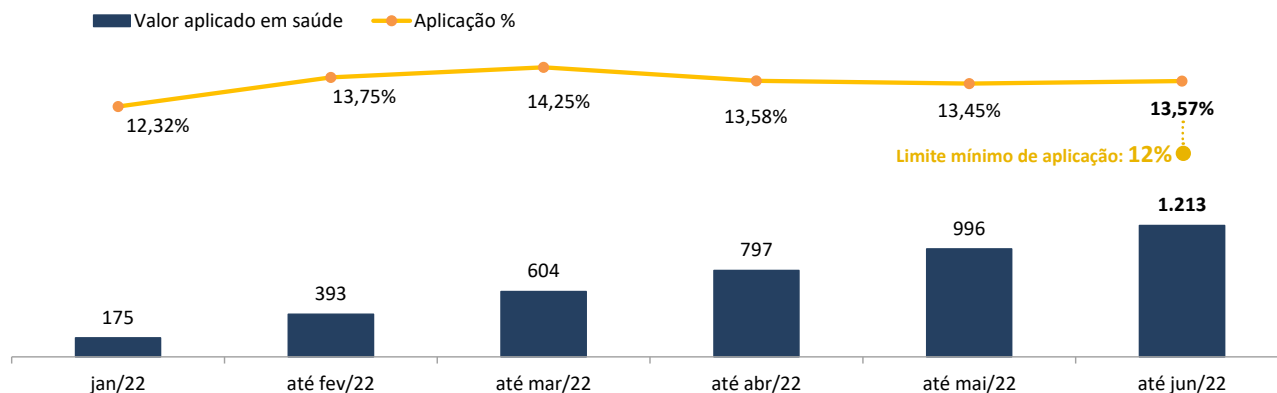
Aplicação de recursos no pagamento dos profissionais da educação básica (Fundeb 70%)* - acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita do Fundeb**R\$ 445 milhões**

(valor aplicado pelo Estado na remuneração dos profissionais da educação básica).

52,20%

(resultante de recursos do Fundeb).

*A verificação quanto ao cumprimento de aplicação do limite mínimo de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.

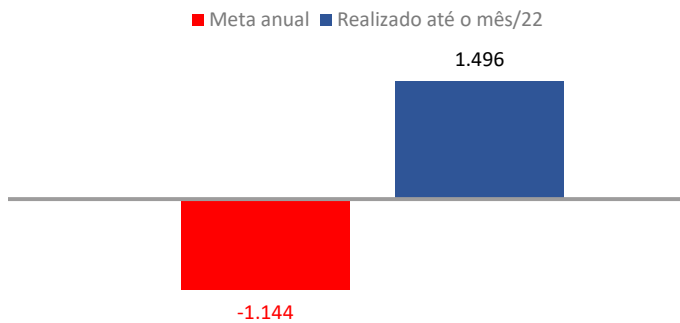
Acompanhamento da aplicação em saúde*
(Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita)**13,57%**

(receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

R\$ 1.213 milhões
aplicados.

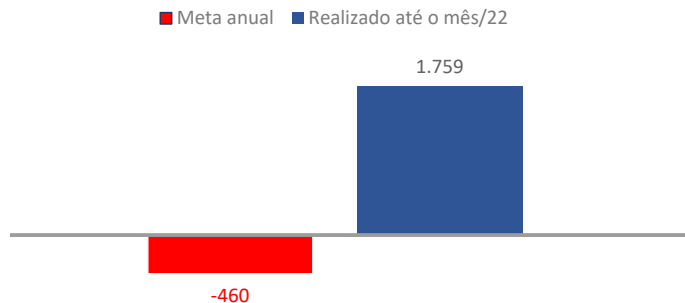
*A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.

Resultado primário (em R\$ milhões)



R\$ 1,49 bilhão de superávit.

Resultado nominal (em R\$ milhões)



R\$ 1,75 bilhão de superávit.

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem

uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

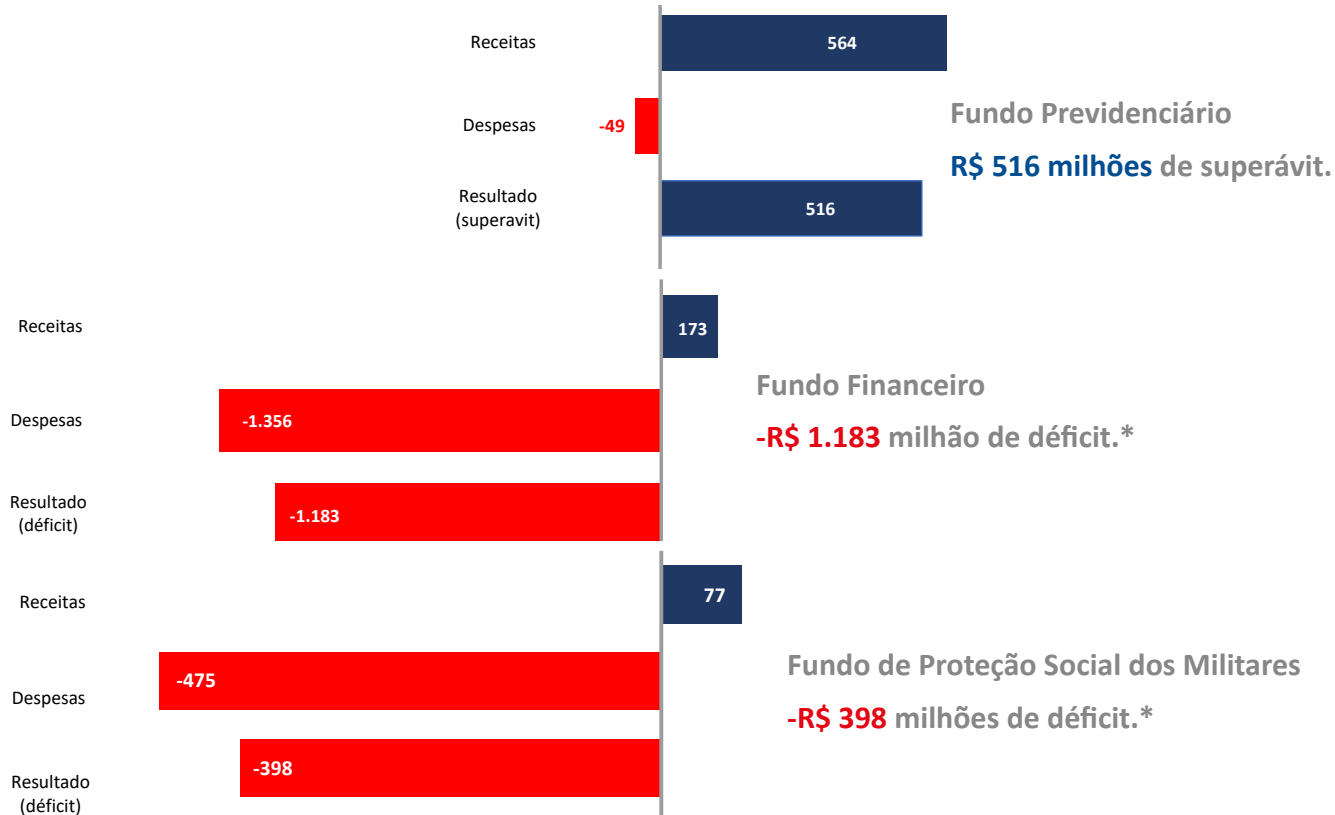


*Em função do grande volume de despesas previdenciárias frente às receitas auferidas até o final deste mês.

****nota**

FPS dos militares

Fonte dos gráficos:
Sigefes

Acumulado ATÉ o mês
(em R\$ milhões)


A LC Estadual nº 282/2004 criou os Fundos Financeiro (FF) e Previdenciário (FP). O FF se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da Lei. O FP se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público estadual após a publicação desta lei. Além disso, a LC Estadual nº 943 (de 16/3/2020) criou o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS**.



Panorama fiscal dos Municípios

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com **pessoal**

Aplicação em **ensino**

Despesa com **saúde**

Clique nas abas para
acessar as informações

Os 76 municípios capixabas adimplentes com os dados até junho mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+35,0% nominal) no acumulado até junho de 2022 (R\$ 10,0 bilhões) em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 7,4 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (42,0%) e da União (28%), denotando a dependência (70%) dos entes municipais em relação a outros entes federados. A arrecadação própria atingiu 27%.

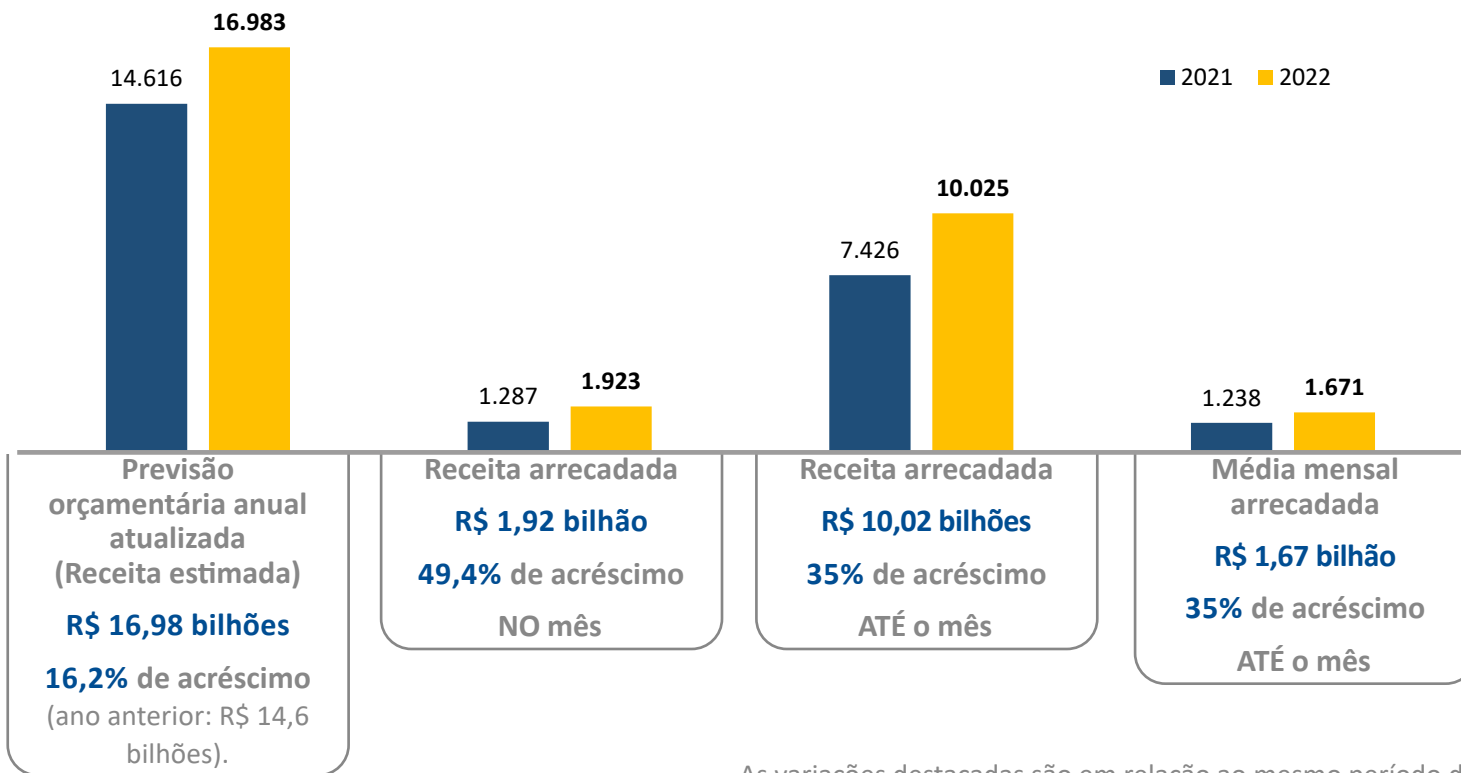
Os municípios capixabas aumentaram em +32,1% suas despesas liquidadas até junho de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 2,2 bilhões) e Saúde (R\$ 1,6 bilhão).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado até junho de 2022 (R\$ 2,5 bilhões) superior (+44,3% nominal) ao do mesmo período de 2021 (R\$ 1,8 bilhão).

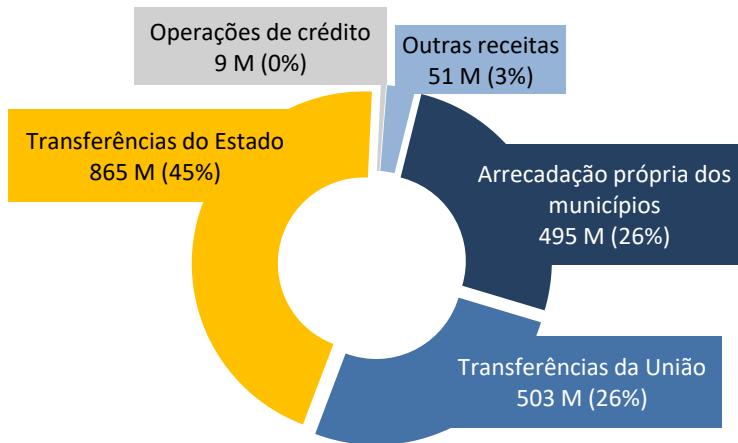
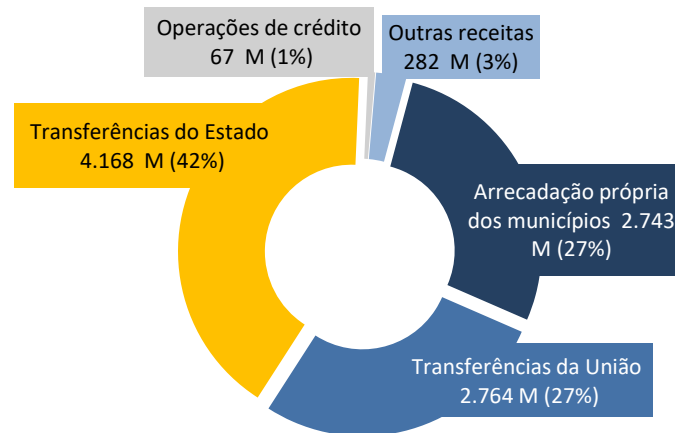
Dos 76 municípios capixabas que apresentaram os dados de junho até 25/7/2022, quase a totalidade (74 municípios, ou 97%) está abaixo de todos os limites de gastos com pessoal e apenas 1 município está acima do limite legal e 1 no alerta.



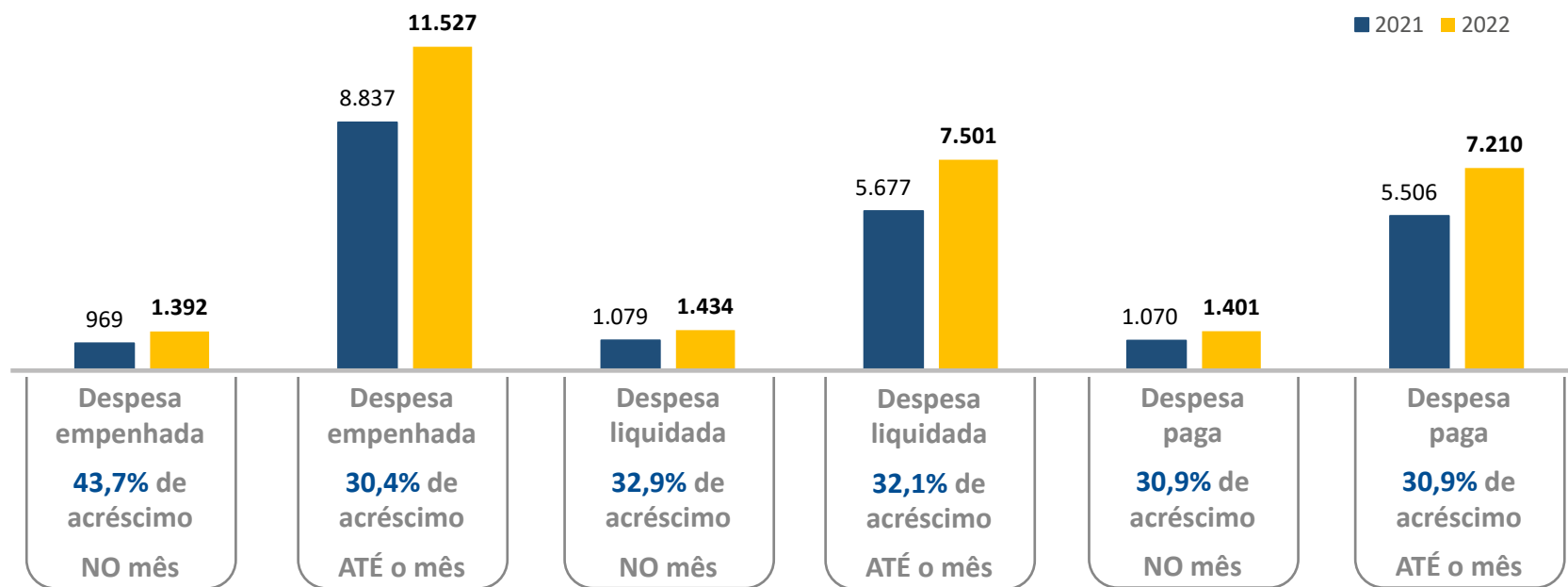
Receita total* (em R\$ milhões)



*Dados levantados conforme a LOA dos 76 municípios que homologaram suas contas mensais até 25/7/2022 no TCE, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais. Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram os dados de junho até a data citada.

**Composição da receita arrecadada*****NO mês** (em R\$ milhões)**Composição da receita arrecadada****ATÉ o mês** (em R\$ milhões)

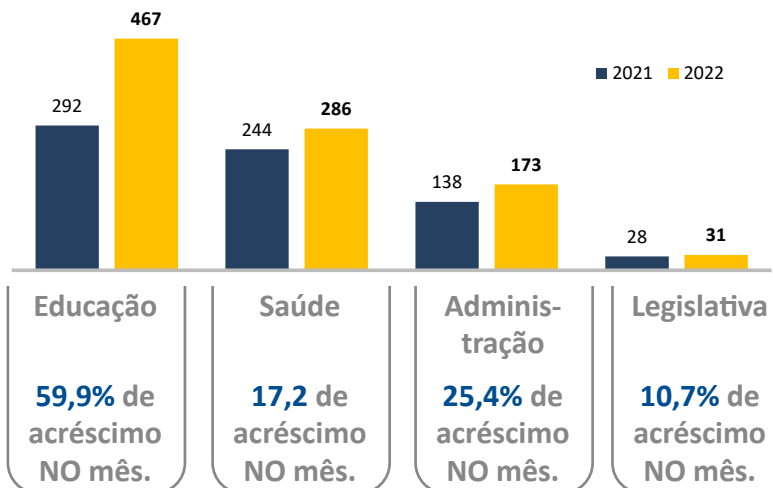
*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Despesa empenhada, liquidada e paga***
(em R\$ milhões)

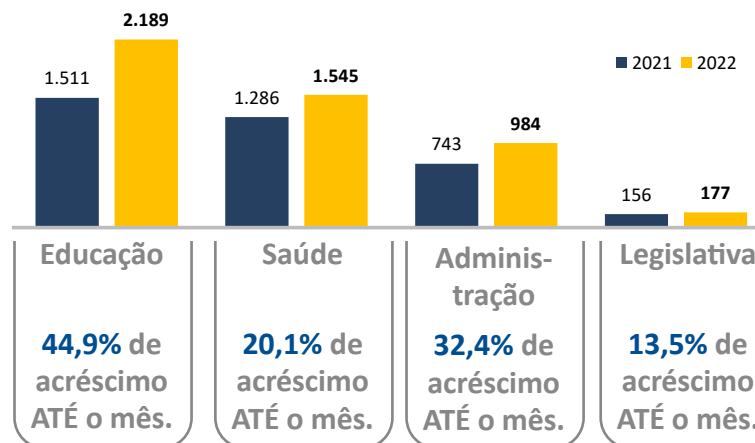
As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

Fonte do gráfico:
Painel de Controle
TCEES

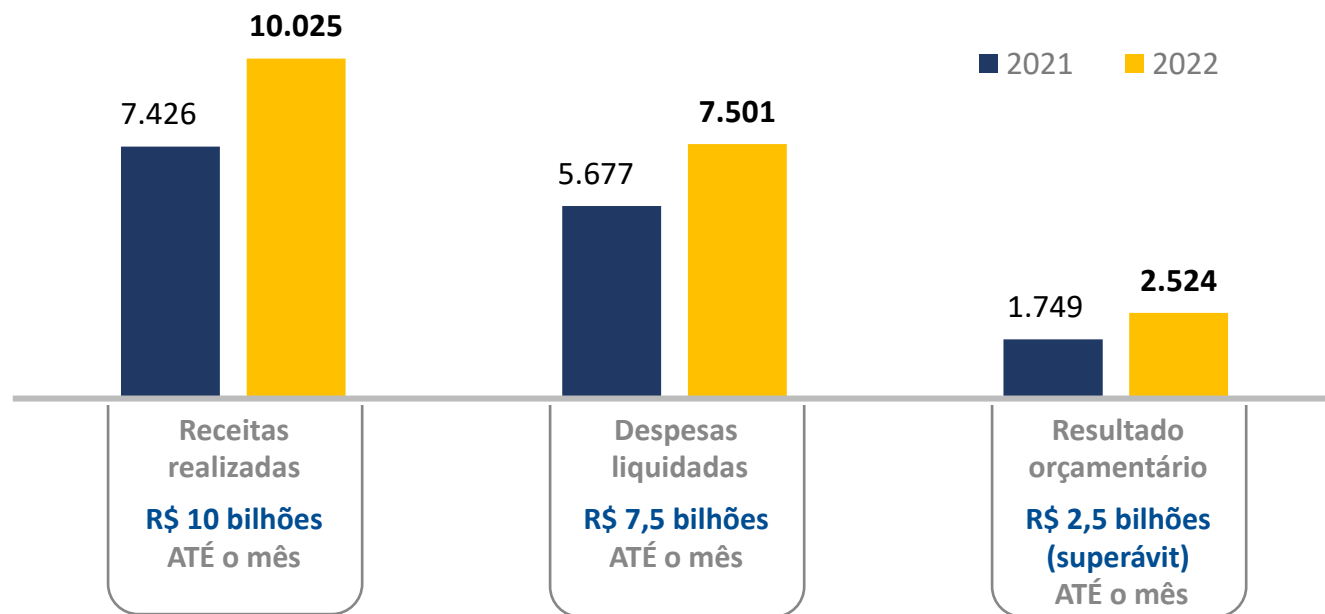
**Despesa liquidada por função de governo***
(comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)

As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

Despesa liquidada por função de governo*
(comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)

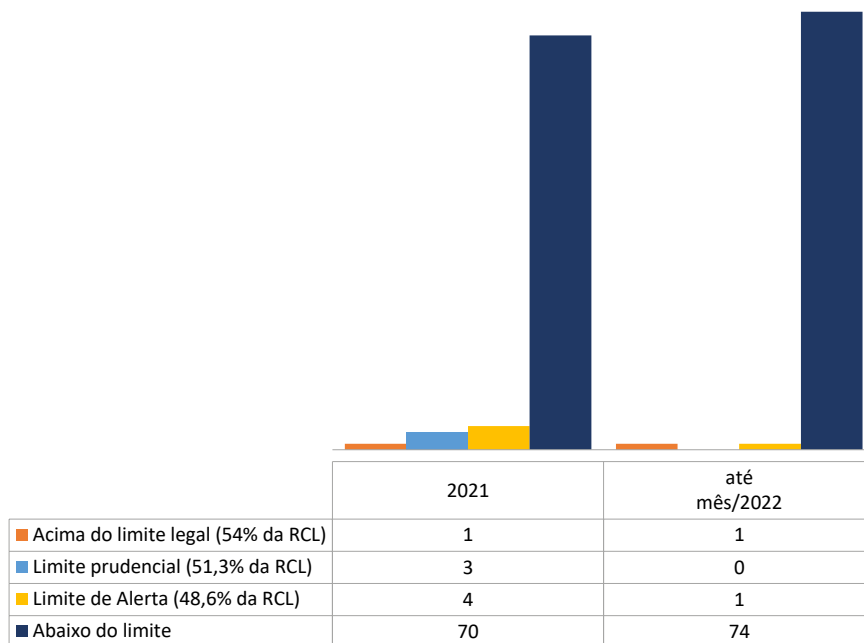
As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Acumulado até o mês***
(em R\$ milhões)

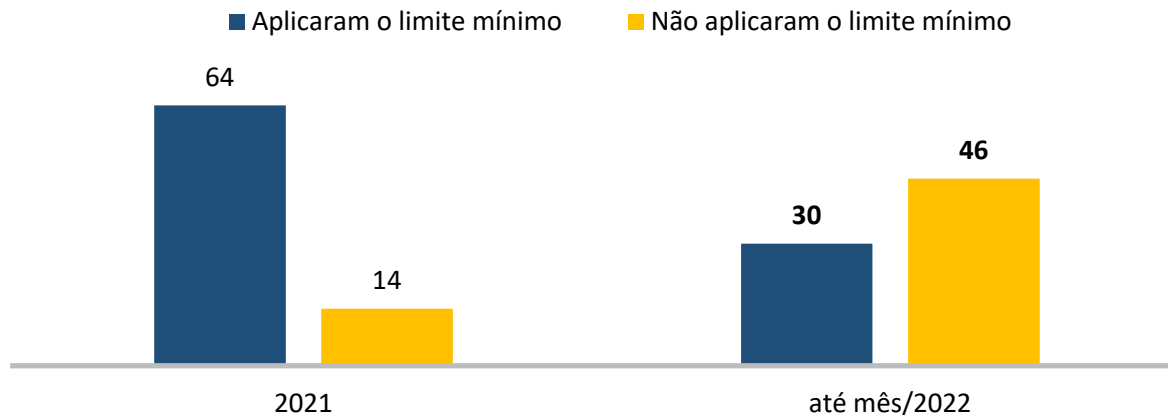
44,3% de variação nominal positiva em relação ao acumulado no ano anterior.
(quando houve **superávit de R\$ 1,8 bilhão**).

*Informações contidas nas prestações de contas mensais dos 76 municípios (homologadas até 25/07/22). Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Poder executivo municipal*****Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF**

No período analisado, **entre os 76 municípios adimplentes, 74 estão abaixo de todos os limites de despesa com pessoal** do Poder Executivo municipal.

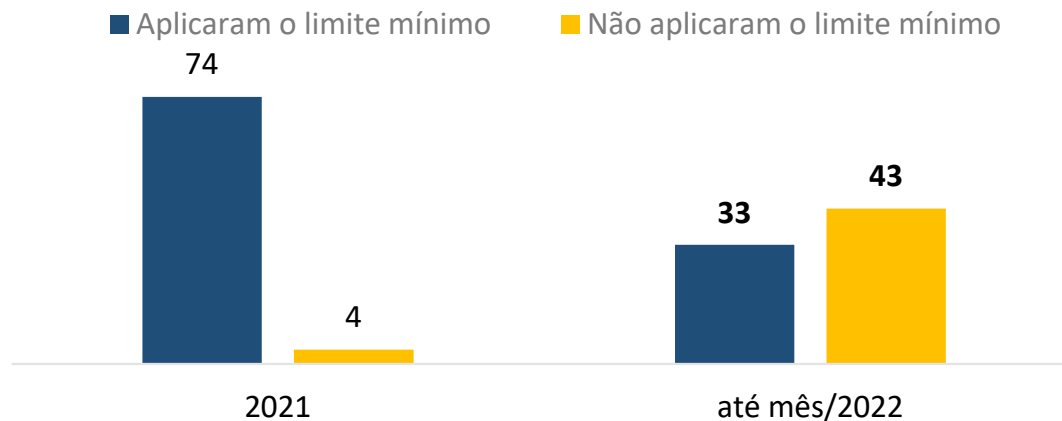
*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Quantidade de municípios que aplicaram (ou não) o limite mínimo em ensino
(MDE 25%)***

No período analisado, **entre os 76 municípios adimplentes, 46 não cumpriram ainda o limite mínimo de 25% com MDE.**

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE 25%) ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.

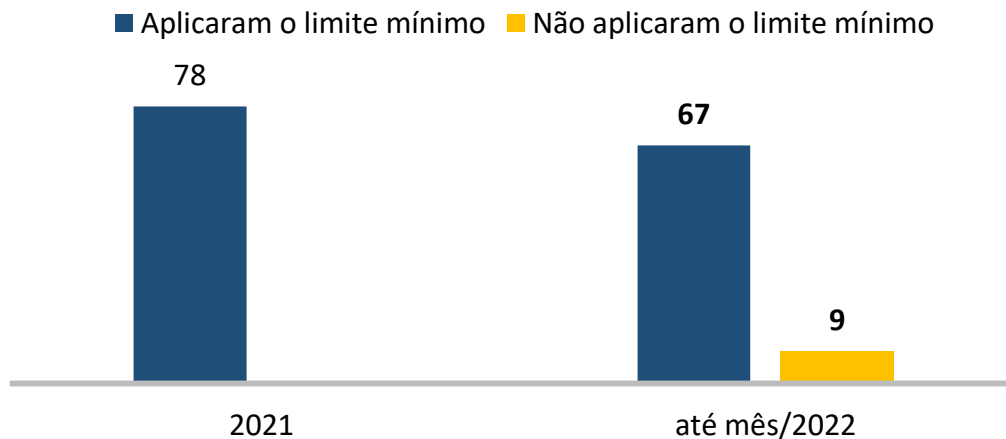
*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Quantidade de municípios que aplicaram (ou não) o limite mínimo (Fundeb 70%)
no pagamento dos profissionais da educação básica***

No período analisado, **entre os 76 municípios adimplentes, 43 não cumpriram ainda o limite mínimo de 70% do Fundeb.**

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo da aplicação dos recursos recebidos pelo Estado, relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb 70%), na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.

*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.

**Quantidade de municípios que aplicaram (ou não) o limite mínimo exigível em saúde (15%)***

No período analisado, **entre os 76 municípios adimplentes, 9 ainda não aplicaram o percentual mínimo (15%).**

A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.

*Dos 78 municípios, apenas Mimoso do Sul e Pancas não apresentaram dados de junho até 25/7/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - *Presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo - *Vice-presidente*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - *Corregedor*

Domingos Augusto Taufner - *Ouvidor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva - *Procurador-geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretário-geral de Controle Externo

Donato Volkers Moutinho

Secretária da SecexContas

Simone Reinholz Velten

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos (NATR)

Robert Luther Salviato Detoni

Eziléia Oliveira Barbosa

Núcleo de Controle Externo Planejamento Monitoramento e Avaliação (NPMA)

Leonardo Vilar Costa

Colaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Adécio de Jesus Santos



Boletim da Macrogestão Governamental

 [sumário](#)

[Panorama
Econômico](#)

[Finanças do
Estado](#)

[Finanças dos
Municípios](#)

Negócio
Controle Externo

Missão
Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão
Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores
Independência
Ética
Transparência
Responsabilidade Sustentável
Equidade
Excelência de Desempenho
Profissionalismo
Valorização das Pessoas



nota

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.